

EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE THEODOR W. ADORNO

EDUCATION AND DEMOCRACY: CONTRIBUTIONS FROM THEODOR W. ADORNO

EDUCACIÓN Y DEMOCRACIA: CONTRIBUCIONES DE THEODOR W. ADORNO

Max Rodolfo Roque da Silva¹
Geovana da Paz Monteiro²

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir sobre as contribuições do pensador alemão Theodor W. Adorno para uma educação de resistência ao autoritarismo e em defesa da democracia. Quando de seu retorno ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Adorno se mostrou interessado em refletir sobre a persistência dos pressupostos nazifascistas, inserindo a educação no debate mais amplo de suas formas de enfrentamento e superação. Ao que parece, o centro de sua reflexão passa diretamente pela formação de um sujeito que não se deixe levar cegamente por uma liderança autoritária e que seja capaz de refletir por si próprio. Neste sentido, ancorando-se em ensaios escritos por Adorno e textos de comentadores, espera-se lançar luzes sobre uma questão latente em nossa sociedade, que exige da educação um posicionamento e uma atuação assente com as exigências colocadas pelo nosso tempo.

Palavras-chave: autoritarismo; resistência; educação; emancipação; democracia.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the contributions of the German thinker Theodor W. Adorno to an education in resistance to authoritarianism and in defense of democracy. Upon returning to the Institute for Social Research in Frankfurt, Adorno showed interest in reflecting on the persistence of Nazi-fascist assumptions, inserting education into the broader debate of its ways of confronting and overcoming. Apparently, the center of his reflection goes directly through the formation of a subject who does not let himself be blindly carried away by an authoritarian leadership and who is capable of reflecting on his own. In this sense, anchoring itself on essays written by Adorno and texts by commentators, it is expected to shed light on a latent issue in our society, which demands from education a positioning and an action based on the demands placed by our time.

Keywords: authoritarianism; resistance; education; emancipation; democracy.

¹ Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Especialista em Filosofia, Conhecimento e Educação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: maxrodolfosilva@gmail.com

² Doutora em Filosofia, docente associada 1 do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: geovana@ufrb.edu.br

RESUMEN

El propósito de este artículo es discutir los aportes del pensador alemán Theodor W. Adorno a una educación en resistencia al autoritarismo y en defensa de la democracia. Al regresar al Instituto de Investigaciones Sociales de Frankfurt, Adorno mostró interés en reflexionar sobre la persistencia de los supuestos nazifascistas, insertando la educación en el debate más amplio de sus formas de enfrentar y superar. Aparentemente, el centro de su reflexión pasa directamente por la formación de un sujeto que no se deje llevar ciegamente por un liderazgo autoritario y que sea capaz de reflexionar por sí mismo. En este sentido, apoyándose en ensayos de Adorno y textos de comentaristas, se espera arrojar luz sobre una cuestión latente en nuestra sociedad, que exige a la educación un posicionamiento y una acción acorde a las exigencias de nuestro tiempo.

Palabras clave: autoritarismo; resistencia; educación; emancipación; democracia.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, em grande parte do mundo, tem-se observado o crescimento de tendências extremistas, alinhadas política, ideológica e economicamente à uma direita neoliberalⁱ, que têm propagado discursos ameaçadores à plena convivência entre os indivíduos e à ordem democrática estabelecida. Não que isto se constitua como uma novidade e os casos em que tal crescimento se fizeram notar configurem-se uma excepcionalidade. Mas o problema exige reflexão e debates sobre seus efeitos, recaindo, ao nosso ver, sobre a questão da democracia, seus riscos e sua defesa.

A questão que pesa e, por isto mesmo, de forma mais emblemática é a ocorrência deste fenômeno em países cujo regime democrático parecia inabalável, como nos Estados Unidos da América (EUA), fazendo com que as reflexões concernentes à democracia repercutam de modo bastante significativo, pondo em evidência atores diversos. Um dos exemplos mais notórios foi a publicação do livro “Como as democracias morrem”, dos cientistas políticos norte-americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, que figurou o topo das listas dos mais vendidos por considerável período de tempo. Nele, os autores problematizam a ascensão de Donald Trump e sua consequente chegada ao poder, falando em termos de uma “recessão democrática” nos EUA e seus possíveis efeitos pelo mundo.

De acordo com Levitsky e Ziblatt (2018), a então crise democrática se estabeleceu a partir do desrespeito a certas normas e convenções que foram naturalizadas no cotidiano político norte-americano desde muito. A tolerância mútua, “ou o entendimento de que partes concorrentes se aceitem umas às outras como rivais legítimas, e a contenção, ou a ideia de que os políticos devem ser comedidos ao fazerem uso de suas prerrogativas institucionais”, são alguns exemplos (LEVITISKY;

ZIBLATT, 2018, p. 20). Estes fatores teriam sido, em grande medida, responsáveis pela manutenção da democracia nos Estados Unidos durante grande parte do século XX, enquanto que em outros países, espalhados pelos diversos continentes do globo, a história mostrou outra coisa.

Normas de tolerância e comedimento serviam como grades flexíveis de proteção da democracia norte-americana, ajudando a evitar o tipo de luta sectária mortal que destruiu democracias em outras partes do mundo, inclusive a Europa nos anos 1930 e a América do Sul nos anos 1960 e 1970ⁱⁱ (LEVITISKY; ZIBLATT, 2018, p. 20).

Assim sendo, o que se tem visto nas terras do Tio Sam é um processo de erosão dessas normas democráticas que teria se iniciado nos anos de 1980 e se acelerado nos anos 2000. Erosão que teria se dado a partir de eventos aparentemente simples, como o questionamento do resultado das eleições que levaram Barack Obama à condição de candidato do Partido Democrata ou mesmo a negativa de reconhecimento de uma possível derrota, já nas eleições seguintes, por parte do então candidato Donald Trump.

O enfraquecimento de nossas normas democráticas está enraizado na polarização sectária extrema – uma polarização que se estende além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura. Os esforços dos Estados Unidos para alcançar a igualdade racial enquanto a sociedade norte-americana se torna cada vez mais diversa alimentaram uma reação insidiosa e a intensificação da polarização. E, se uma coisa é clara ao estudarmos colapsos ao longo da história, é que a polarização extrema é capaz de matar democracias (LEVITISKY; ZIBLATT, 2018, p. 20).

Se nos salta aos olhos a preocupação de Levitisky e Ziblatt (2018) quanto ao contexto norte-americano, o que dizer de nossa situação na América Latina e, especificamente, no Brasil? Nós que certamente não podemos dizer que gozamos de uma longa experiência democrática e que assistimos nos últimos anos à ascensão de uma onda de extrema-direita, atravessada por elementos conservadores e ideológicos diversos, cujos resultados podem ser sintetizados em um processo de impeachment completamente viciado contra uma então presidenta eleita pelo voto popular, seguido pela eleição de um candidato à presidência que, em inúmeras oportunidades, quando ainda parlamentar, sempre deixou claro seu apreço à ditadura militar e mostrou-se contrário a toda e qualquer política de promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Todo e qualquer debate sobre democracia não deve se abster de refletir sobre as bases de uma educação que preze pelo seu fomento, defesa e manutenção, não

atribuindo ao fenômeno educativo qualquer viés que se pretenda salvacionista, mas refletindo sobre seu lugar, seus limites e suas possibilidades. Assim, o objetivo deste artigo é discutir sobre as contribuições do pensador alemão Theodor W. Adorno para uma educação em defesa da democracia. De modo que partiremos da seguinte questão norteadora: como as formulações teóricas de Theodor Adorno podem nos ajudar a pensar em uma educação que se coloque como resistência ao autoritarismo e, por isto mesmo, em defesa da democracia?

Isto, partindo do pressuposto de que as formulações teóricas do filósofo de Frankfurt podem nos ajudar a pensar em uma educação que se coloque como resistência ao autoritarismo (JANUÁRIO, 2018) e em defesa da democracia, reconhecendo seus limites (PETRY, 2021) e afirmando seu potencial para a formação de um sujeito autônomo, emancipado, crítico e reflexivo. A fim de contemplar o objetivo proposto, o presente texto estrutura-se a partir de três seções, através das quais buscamos discutir, respectivamente, sobre o diagnóstico feito por Adorno quanto à persistência da ameaça nazifascista; a educação como resistência ao fascismo; a afirmação da importância da educação para o fomento e manutenção de uma sociedade democrática.

DA DENÚNCIA DA PRESENTIFICAÇÃO NAZIFASCISTA

Em *O que significa elaborar o passado*, palestra conferida para o Conselho e Coordenação para a Colaboração Cristã-Judaica, em 1959, e publicada como parte integrante do livro “Educação e Emancipação”, Theodor W. Adorno aponta questões, no mínimo, interessantes sobre a permanência da ameaça fascista na sociedade alemã de seu tempo e que importam para os nossos dias. Sua reflexão não se limita à existência de grupos neonazistas e seu barulho contra a democracia. Pelo contrário, e mais profundamente, constata e denuncia a persistência das condições objetivas que podem engendrar o retorno do fascismo ao poder, tal qual se deu quando do fim do “‘sistema’ democrático” de Weimar e da consequente instauração do Terceiro Reich (BESSEL, 2014, p. 26).

Considero a sobrevivência do nacional-socialismo *na* democracia como potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas *contra* a democracia. A corrosão por dentro representa algo objetivo; e as figuras ambíguas que efetivam o seu retorno só o fazem porque as condições lhe são favoráveis (ADORNO, 2021, p. 32).

Theodor Adorno é instigado por uma preocupação central, qual seja, a de que na Alemanha do pós-Segunda Guerra estaria havendo um silenciamento proposital do que

significou este catastrófico conflito e, especialmente, o regime nazista para seu país. Diante disto, constata a falta de “domínio do passado” na Alemanha como sendo algo inquestionável, denunciando que a questão fora formulada segundo um chavão, cujo objetivo não seria a elaboração séria do passado mediante uma consciência clara das coisas.

O que se pretendia, ao contrário, era encerrar a questão do passado, riscando-o da memória. Conforme nos alerta, ao invés de advir daqueles e daquelas que sofreram com as injustiças, o esquecimento e o perdão acabaram por partir daqueles que as praticaram e de seus partidários. O filósofo recorda que houvera dito em outra ocasião que “não se deveria falar da força em casa de carrasco” a fim de evitar o ressentimento. Todavia, conforme deixa claro, abandona essa máxima e argumenta justamente no sentido oposto.

O nazismo sobrevive, e continuamos sem saber se o faz apenas como fantasma daquilo que foi tão monstruoso a ponto de não sucumbir à própria morte, ou se a disposição pelo indizível continua presente nos homens bem como nas condições que o cercam (ADORNO, 2021, p. 31-33).

Para Adorno, há que se rememorar o que significou o nazismo para a Alemanha, sob pena de que o passado assombroso volte a tornar-se realidade, uma vez que

Todos conhecemos a disposição atual em negar ou minimizar o ocorrido – por mais difícil que seja compreender que existem pessoas que não se envergonham de usar um argumento como o de que teriam sido assassinados apenas cinco milhões de judeus, e não seis. A desmesura do mal praticado acaba sendo uma justificativa para o mesmo: a consciência irresoluta consola-se argumentando que fatos dessa gravidade só poderiam ter ocorrido porque as vítimas deram motivos quaisquer para tanto, e este vago “motivos quaisquer” pode assumir qualquer dimensão possível (ADORNO, 2021, p. 33).

Muito embora reconheça, quase duas décadas depois do fim da Segunda Guerra, que a democracia é uma realidade consolidada na sociedade germânica e que as condições socioeconômicas sejam melhores quando comparadas ao momento da ascensão de Hitler e seus comandados, o filósofo alemão não deixa de atentar para os riscos que rodeiam o regime democrático de então, argumentando que “os pressupostos dos movimentos fascistas, apesar de seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduram de forma imediatamente política (ADORNO, 2020a, p. 45)

Deste modo, Adorno chama atenção para a necessidade de trazer à tona o passado recente de seu país e suas mazelas remanescentes, como enfrentamento ao uso

do esquecimento como arma política dos algozes e de seus partidários e colaboradores, diretos e indiretos.

Sobretudo o esclarecimento acerca do que aconteceu precisa contrapor-se a um esquecimento que facilmente converge em uma justificativa do esquecimento, seja por parte de pais que enfrentam a desagradável pergunta acerca de Hitler por parte de seus filhos e que, inclusive para se inocentar, remetem ao lado bom e que propriamente não foi tão terrível assim (ADORNO, 2021, p. 48).

Porém, que fique claro, conforme pretendeu Adorno, o esclarecimento sobre o passado não deve ser confundido com uma espécie de culto ao que se passou nem reduzido ao estabelecimento de comemorações solenes, mas, pensando junto com Jeannie Marie Gagnebin (2003, p. 41), deve se dar no sentido de uma “análise esclarecedora que deveria permitir – e isso é decisivo – fornecer instrumentos de análise para melhor esclarecer o presente”.

Neste sentido, consideramos de suma importância uma discussão a partir da reflexão empreendida por Adorno, sobretudo em nossos tempos de negacionismos e revisionismos diversos – no que concerne à relação entre esquecimento e memória, autoritarismo e democracia, e educação e conscientização. Nós que, enquanto país, vivemos as mazelas do regime civil-militar instaurado em 1964 e as reminiscências de um processo de abertura política conduzido pelo alto, expresso, dentre outras coisas, por uma anistia que perdoou inclusive os torturadores. De modo que, embora nos revolte, não chega a nos surpreender que grupos tenham se levantado para pedir intervenção militar, sonhando com o retorno da ditadura, e encontrado a personificação de suas aspirações nefastas em uma liderança política de nítidas tendências fascistas. Isto tudo não se deu do dia para a noite no Brasil. Pelo contrário, corresponde a processos de omissões e silenciamentos diversos e diz muito sobre como temos tratado as questões envolvendo nosso passado recente.

Todavia, conforme Gagnebin (2003), embora Adorno trate sobre esquecimento, lembrança e memória, sua questão central não é esta, mas Esclarecimento (*Aufklärung*).

Enfim, *Aufklärung* designa o que fala com clareza à consciência racional, o que ajuda a compreensão clara e racional - contra a magia, o medo, a superstição, a denegação, a repressão, a violência. Em outras palavras: não há, da parte de Adorno, nenhuma sacralização da memória, mas uma insistência no esclarecimento racional (GAGNEBIN, 2003, p. 40).

Assim, o passado só estará elaborado, na forma aqui refletida, quando suas causas não mais existirem, dependendo da forma pela qual, no presente, tal passado será referido. Isto, com base numa educação, não apenas escolar, comprometida com a conscientização dos sujeitos. Daí, conforme o pensador de Frankfurt, a importância da efetivação do que chamou de “educação política” ou “pedagogia do esclarecimento”. Que, a despeito de suas possibilidades, também revela-se limitada em seus efeitos diante dos objetivos a que se propõe.

Se avaliarmos o potencial objetivo de sobrevivência do nazismo com a gravidade que lhe atribuo, então isto significará inclusive uma limitação da pedagogia do esclarecimento. Quer seja ela psicológica ou sociológica, na prática só atingirá os que se revelarem abertos a ela, que são justamente aqueles que se fecham ao fascismo (ADORNO, 2021, p. 48).

Entretanto, cumpre lembrar que Adorno não acredita que iniciativas de aproximação comunitárias e outras formas de incentivar vínculos de amizade sejam muito produtivas, apesar de reconhecê-las como louváveis. Ou seja, é como se para Adorno, por exemplo, reunir jovens alemães e jovens israelitas para disputar uma partida de futebol não significasse um enfrentamento efetivo do problema do antissemitismo. Além disso, elas partem do pressuposto de que o antissemitismo tenha alguma coisa a ver com os judeus, podendo ser combatido por meio de experiências concretas, “quando, ao contrário, o verdadeiro anti-semita é definido pela completa incapacidade de fazer experiências, por ser inteiramente inacessível” (ADORNO, 2021, p. 51).

Na medida em que se queira combater o anti-semitismo nos sujeitos, não se deveria esperar muito de atitudes envolvendo fatos que são rejeitados por eles ou então neutralizados como sendo simples exceções. Em vez disto, a argumentação deveria se voltar para os sujeitos que são os interlocutores. Seria preciso tornar conscientes neles os mecanismos que provocam neles próprios o preconceito racial (ADORNO, 2021, p. 51).

De modo que, conforme a compreensão adorniana, a elaboração do passado como esclarecimento é definida em termos de uma “inflexão em direção ao sujeito, reforçando a sua autoconsciência e, por essa via, também o seu eu” (ADORNO, 2021, p. 51).

A EDUCAÇÃO COMO RESISTÊNCIA AO FASCISMO

Tendo em vista o diagnóstico de persistência dos pressupostos fascistas, Adorno foi categórico: “A exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para

a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessários justificá-la” (ADORNO, 2021, p. 129). Desta feita, de acordo com Márcio Seligmann-Silva (2009, p. 88), Auschwitz, então, “seria a concretização paroxística desse sentimento que está umbilicalmente vinculado ao gesto de esclarecimento que quer submeter o outro a todo custo”.

Adorno não é avesso à ideia de se constituir um mundo com base nos pressupostos do esclarecimento (*Aufklärung*), da autonomia e da emancipação, como via de regra se costuma pensar. Noutras palavras e mais diretamente, Adorno não é um “inimigo da razão”. A questão central quanto a este quesito foi sua capacidade de diagnosticar e denunciar os aspectos contraditórios do próprio processo civilizatório, de cujas bases a instrumentalização da razão constituía uma possibilidade concreta e destrutiva (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

O chamado “após Auschwitz” adorniano representa, segundo Gagnebin (2009, p. 59), não apenas um acontecimento dramático particular da história judaica ou mesmo da história alemã, “mas é um marco essencial e pouco elaborado da história ocidental”. O que significa dizer que Auschwitz pode estar distante de nós, no tempo e no espaço, mas o mesmo não pode ser dito em relação aos aspectos que o engendraram. De acordo com a autora, Adorno destaca-se como um dos primeiros pensadores a evidenciar a “função de *cesura*” de Auschwitz, isto é, seu caráter paradigmático para a história de nossa razão, de nossa cultura e de nosso pensamento.

A reflexão de Adorno nos interessa não só pela sua lucidez, pouco comum nos anos 40; nela também se evidenciam as relações profundas entre ética e estética, relações que uma concepção meramente estetizante de estética ou meramente consensual de ética tendem a esquecer (GAGNEBIN, 2009, p. 60).

Assim, a experiência de Auschwitz “obriga a filosofia a pensar a realidade do mal e do sofrimento não só como fazendo parte necessariamente da condição humana finita, mas como mal e sofrimento que foram impostos” (GAGNEBIN, 2009, p. 60) por alguns homens a outros, estando vinculados a aspectos históricos, sociais e políticos determinados, que devem ser analisados e refletidos no sentido mesmo de sua crítica e superação.

Segundo Adriano Januário (2018, p. 12), a despeito da gravidade expressa pela imagem de Auschwitz,

Adorno não propõe essa meta somente como um alerta ou uma provocação no sentido de evitar o retorno das consequências de um

momento histórico específico. A proposta de uma educação para a contradição e resistência está posta sob uma base comum: a maioria e o consequente desenvolvimento da autonomia individual baseado no esclarecimento público da mais diferentes questões e tabus sociais.

Desta feita, Adorno denunciou o fato de haver na Alemanha de seu tempo uma espécie de inconsciência em relação à exigência de que Auschwitz não se repetisse, provando, conforme seus próprios termos, “que a monstrosidade não calou fundo nas pessoas, sintoma da persistência da possibilidade de que se repita no que depender do estado de consciência e de inconsciência das pessoas”, reclamando, desta forma, que qualquer debate, qualquer meta educacional, não perca de vista, sob pena de “carecer de significado e importância”, a meta de que Auschwitz não se repita (ADORNO, 2021, p. 129).

Auschwitz seria, então, a própria regressão à barbárie e não simplesmente uma ameaça à regressão. Sendo a barbárie, conforme Adorno:

[...] estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização — e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade (ADORNO, 2021, p. 169).

Ancorando-se na teoria freudiana, tal qual explicitada, por exemplo, em “O mal-estar na civilização”, Adorno entende a barbárie como uma possibilidade do próprio princípio civilizatório, no sentido de que a civilização tem no seu enalço o anticivilizatório. De modo que, conforme o próprio Freud (2011, p. 58), a “civilização tem de recorrer a tudo para pôr limites aos instintos agressivos do homem, para manter em xeque suas manifestações através de formações psíquicas reativas”ⁱⁱⁱ.

Conforme Adorno, a barbárie teria, então, como condição de possibilidade o “impulso de destruição” inerente à espécie humana em sua trajetória de desenvolvimento físico, psíquico e, não obstante, social e cultural. Neste particular, Adorno recorre novamente à teoria freudiana, acionando suas elaborações sobre as pulsões constitutivas do humano e nele conflitantes, segundo a qual a vida humana em

civilização consiste, portanto, no palco de atuação de *Eros*, instinto de vida, e de seu contrário, o instinto de morte (FREUD, 2011)^{iv}.

Assim, e enquanto tal, “a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram essa regressão” (ADORNO, 2021, p. 129). De modo que, “desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia”, pondo em questão as próprias condições de possibilidade de a educação conseguir algo de efetivo nesse sentido (ADORNO, 2021, p. 169). Isto, tendo em perspectiva a própria crítica ao modelo educacional vigente como aspecto constituinte do método negativo a partir do qual se funda a formação cultural (*Bildung*) e a educação (*Erziehung*) (PUCCI, 1998).

É preciso expor com força, profundidade e coragem a negatividade intrínseca do excludente processo educacional, levando suas tendências antitéticas ao extremo. Porém, ressaltando sempre suas tensões existentes de modo proveitoso, na esperança de que a exposição viva e dura das contradições educacionais leve os sujeitos a se situarem com autonomia no conhecimento e na intervenção do real (PUCCI, 1998, p. 29).

Entretanto, para Adorno, a volta do fascismo e a possibilidade de repetição de Auschwitz correspondem predominantemente a aspectos objetivos, muito embora se esforce em assinalar a dimensão psicológica individual e coletiva que se afeta (ou se “deixa” afetar por tais condicionantes). Assim, para o filósofo de Frankfurt, as condições de possibilidade da regressão consistem, pois, numa “pressão social” que se impõe e impele às pessoas. De modo que o “assassinato planejado” de milhões de pessoas, por exemplo, não constitui um dado superficial, “que não importa, em face da tendência dominante do progresso, do esclarecimento, do humanismo supostamente crescente” (ADORNO, 2021, p. 130).

Ainda assim, embora aponte para uma “tendência social imperativa” no sentido da barbárie, conforme sinalado anteriormente, Adorno dedica especial atenção aos aspectos psicológicos que podem tornar possível o retorno de Auschwitz. Isto por que, segundo o filósofo,

Como hoje em dia é extremamente limitada a possibilidade de mudar os pressupostos objetivos, isto é, sociais e políticos que geram tais acontecimentos, as tentativas de se contrapor à repetição de Auschwitz são impelidas necessariamente para o lado subjetivo (ADORNO, 2021, p. 131).

Referindo-se, neste particular, tanto à psicologia dos sujeitos que efetivam de fato a barbárie como dos que se sujeitam a (e concordam com) este projeto perverso e nefasto, tratando a questão nos termos de uma “personalidade autoritária” (ADORNO, 2019). Daí, por exemplo, apontar para a ineficácia de se apelar para “valores eternos”, ideais de humanidade, desacreditando que “o esclarecimento acerca das qualidades positivas das minorias reprimidas seja de muita valia”; noutras palavras e mais enfaticamente: “É preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas” (ADORNO, 2021, p. 131).

Sendo preciso, conforme Adorno, reconhecer os mecanismos psicológicos de assunção aos ideais fascistas, revelar tais mecanismos aos algozes, e principalmente aos partidários das atrocidades cometidas, a fim de impedir que tornem a praticar e apoiar tais atos. Isto, “na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos” (ADORNO, 2021, p. 131).

A educação após Auschwitz teria, então, como principal objetivo a formação de um sujeito autônomo, reflexivo e crítico. Sua tarefa seria, por isso mesmo, evitar que as pessoas simplesmente “golpeiem para os lados” sem, sequer, “refletir a respeito de si próprias” (ADORNO, 2021, p. 132).

A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica. Contudo, na medida em que, conforme os ensinamentos da psicologia profunda, todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância, a educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância (ADORNO, 2021, p. 132).

Donde se extrai o foco do filósofo alemão na educação infantil, em concomitância com o trabalho de “conscientização geral”.

Quando falo de educação após Auschwitz refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disso, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes (ADORNO, 2021, p. 133).

Entretanto, Adorno não esboça nenhum projeto educacional ou qualquer coisa do tipo. Sua reflexão, pensamos, é clara e assumidamente feita no sentido de constatar uma ameaça e atentar para a urgência de uma educação como resistência ao potencial autoritário e à barbárie, indicando alguns caminhos. Isto, conforme discutido em seção anterior, partindo de um diagnóstico de seu tempo, quando até mesmo o esfacelamento

das autoridades imperiais alemãs teria contribuído para “fazer a cama” para o fascismo. Pois, as “pessoas ainda não se encontravam psicologicamente preparadas para a autodeterminação. Elas não se revelaram à altura da liberdade com que foram presenteadas de repente” (ADORNO, 2021, p. 133-134).

Porém, a despeito disto, Theodor Adorno insiste em afirmar enfaticamente e que as condições de retorno ou não do fascismo constituem “em seu aspecto mais decisivo uma questão social e não uma questão psicológica”, referindo-se ao aspecto psicológico apenas porque os outros e mais essenciais momentos, “em grande medida escapam da educação, quando não se subtraem inteiramente à interferência dos indivíduos” (ADORNO, 2021, p. 134).

Neste particular, o enfrentamento à questão social posta não se deve operar com vistas ao estabelecimento de vínculos de compromisso. Para Adorno, pode-se até considerar como plausível a evocação dos tais vínculos para deter o que é destrutivo, “mediante um enfático ‘não debes’” (ADORNO, 2021, p. 134). No entanto, considera ser ilusório creditar alguma utilidade verdadeiramente relevante no apelo ao estabelecimento ou restabelecimento de vínculos de compromisso “para que o mundo e as pessoas sejam melhores” (ADORNO, 2021, p. 134).

Segundo Adorno, os compromissos exigidos apenas para provocar alguma coisa resguardam um certo falseamento, “sem que eles sejam experimentados por si mesmos como sendo substanciais para as pessoas”, convertendo-se meramente em “passaporte moral” de um cidadão aparentemente confiável (ADORNO, 2021, p. 134). Significando, por outro lado, “uma heteronomia, um tornar-se dependente de mandamentos, de normas que não são assumidas pela razão própria do indivíduo” (ADORNO, 2021, p. 135).

Assim, em contraposição à heteronomia, o filósofo de Frankfurt defende a proeminência da autonomia. “O único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria autonomia, para usar a expressão kantiana, o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não participação” (ADORNO, 2021, p. 135). A participação, nos termos de Adorno, consiste, pois, numa expressão mesma da heteronomia, resultando numa certa disponibilidade em ficar ao lado do poder, qualquer que seja ele, irrefletida e acriticamente. Daí, a defesa da “pedagogia do esclarecimento”.

A “pedagogia do esclarecimento”, que seria o núcleo de uma “pedagogia democrática”, poderia ser produzida por uma educação que tenha como meta a “autorreflexão crítica”. Nesse contexto, trata-se de estudar os mecanismos objetivos e psicológicos que permitem o

desenvolvimento de indivíduos capazes de cometer tais crimes, como o assassinato de milhões de pessoas em Auschwitz (JANUÁRIO, 2020, p. 99).

Uma educação cuja tarefa primeira seja evitar a repetição de Auschwitz e promover um sujeito autorreflexivo capaz de gozar plenamente de sua autonomia e não se entregar cegamente à uma liderança autoritária e às suas ordens funestas. O que parece ficar evidente em uma de suas mais emblemáticas passagens, referindo-se a uma conversa que teve com Walter Benjamin.

Em Paris, durante a emigração, quando eu ainda retornava esporadicamente à Alemanha, certa vez Walter Benjamin me perguntou se ali ainda havia algozes em número suficiente para executar o que os nazistas ordenavam. Havia. Apesar disso a pergunta é profundamente justificável. Benjamin percebeu que, ao contrário dos assassinos de gabinete e dos ideólogos, as pessoas que *executam* as tarefas agem em contradição com seus próprios interesses imediatos, são assassinas de si mesmas na medida em que assassinam os outros. Temo que será difícil evitar o reaparecimento de assassinos de gabinete, por mais abrangentes que sejam as medidas educacionais. Mas que haja pessoas que, em posições subalternas, como serviçais, façam coisas que perpetuam a sua própria servidão, tornando-as indignas; que continue a haver Bogers e Kaduks^v, contra isso é possível empreender algo mediante a educação e o esclarecimento (ADORNO, 2021, p. 149).

Em outras palavras, uma educação para a democracia; sobre o que vamos discutir mais especificamente a partir de agora.

A EDUCAÇÃO E A DEFESA DA DEMOCRACIA

Se, até o momento, nosso esforço consistiu na explicitação da compreensão adorniana da educação enquanto resistência ao fascismo. De agora em diante, nossa reflexão se desenvolverá com base no entendimento de que, para o filósofo de Frankfurt, as exigências à educação não passam unicamente por uma dimensão negativa, no sentido de se contrapor a alguma coisa, mas por uma via estritamente positiva, no sentido de afirmar a validade de uma outra coisa e, por isso mesmo, colocar-se em sua defesa e manutenção. O que, conforme o ponto de vista aqui defendido, diz respeito à democracia. E sobre isto, Adorno será categórico: “uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito” (ADORNO, 2021, p. 154).

Operação que não pode se dar segundo um clima cultural e educativo autoritário. Posto que, segundo Adorno (2021, p. 185), a “exigência de emancipação parece ser

evidente numa democracia”. Então, uma educação pela e para a democracia se confunde, sobremaneira, com uma educação para a emancipação.

Acionando a famosa reposta de Kant para a pergunta “o que é esclarecimento?”, Adorno traduz o entendimento de seu compatriota em relação à menoridade como exprimindo não uma falta de entendimento sobre as coisas, mas como “a falta de decisão e de coragem de servir-se do entendimento sem a orientação de outrem” (ADORNO, 2021, p. 185). Do que conclui:

A democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas. Para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento (ADORNO, 2021, p. 185).

Assim, Adorno defende enfaticamente uma educação para a emancipação, entendendo esta última como pressuposto de uma “sociedade livre”. Isto posto, considera como algo “assustador e muito nítido” o fato de a literatura pedagógica por ele analisada não haver tomado uma “posição decisiva pela educação para a emancipação” (ADORNO, 2021, p. 188-189). Em seu lugar, diferentemente,

Encontramos um conceito guarnecido nos termos de uma ontologia existencial de autoridade, de compromisso, ou outras abominações que sabotam o conceito de emancipação atuando assim não só de modo implícito, mas explicitamente contra os pressupostos de uma democracia (ADORNO, 2021, p. 189).

O argumento adorniano assenta-se na constatação de que a temática da emancipação estaria sendo preterida na Alemanha de seu tempo, envolta por uma nebulosa que não a permitia enxergar. Daí a necessidade de que estas questões fossem tratadas de modo mais aberto e acessível. Tendo em vista, inclusive a própria organização do mundo que, superando a educação, exerce forte pressão sobre as pessoas no sentido da mera adaptação ao vivido, ao existente. Assim, segundo Adorno (2021, p. 155-156), seria “efetivamente idealista no sentido ideológico se quiséssemos combater o conceito de emancipação sem levar em conta o peso imensurável do obscurecimento da consciência pelo existente.

De acordo com Franciele Petry (2021, p. 3), a crítica adorniana nos possibilita atentar para o fato de os próprios discursos que tomam a educação como principal vetor de transformação social como sendo ideológicos, uma vez que “desprezam a força com que condições sociais, políticas e econômicas reproduzem a ordem social e atuam, mais do que a própria educação, na formação da subjetividade”. O que significa dizer, neste

particular, que Adorno, distanciando-se de uma perspectiva idealizada, considera as potencialidades da educação “a partir de um diagnóstico da sociedade” (PETRY, 2021).

Importante destacar que a defesa de Adorno quanto à emancipação não reside numa crença irrestrita e acrítica aos postulados da razão e da autonomia do pensamento, de um modo geral muito caros ao idealismo alemão. Pelo contrário, e em conformidade com sua própria trajetória intelectual, reconhece a possibilidade da crítica, sem deixar, no entanto, de apontar as possibilidades abertas.

Creio que filosoficamente é muito bem possível criticar o conceito de uma razão absoluta, bem como a ilusão de que o mundo seja o produto do espírito absoluto, mas por causa disso não é permitido duvidar de que sem o pensamento, e um pensamento insistente e rigoroso, não seria possível determinar o que seria bom a ser feito, uma prática correta. Simplesmente vincular a crítica filosófica do idealismo com a denúncia do pensamento constitui para mim um sofisma abominável, que precisa ser exposto com clareza para levar a esse mofo finalmente uma luz que possibilite sua explosão (ADORNO, 2021, p. 190).

Neste sentido, mesmo ciente dos limites constitutivos da educação escolar, Adorno procura assinalar as possibilidades desta instituição no que concerne à emancipação. Alertando, neste particular, que a plena concretização da emancipação “consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nessa direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência” (ADORNO, 2021, p. 200).

Caberia, então, à escola o desenvolvimento e a realização de diversas atividades no intuito de fomentar a criticidade dos educandos. Sobre o que, Adorno (2021, p. 200) lista alguns exemplos interessantes.

[...] visitas conjuntas a filmes comerciais, mostrando-se simplesmente aos alunos as falsidades aí presentes; e que se proceda de maneira semelhante para imunizá-los contra determinados programas matinais ainda existentes nas rádios, em que nos domingos de manhã são tocadas músicas alegres como se vivêssemos num mundo “feliz”, embora ele seja um verdadeiro horror; ou então que se leia junto com os alunos uma revista ilustrada, mostrando-lhes como são iludidas, aproveitando-se suas próprias necessidades impulsivas; ou então que um professor de música, não oriundo da música jovem, proceda a análises dos sucessos musicais, mostrando-lhes por que um *hit* da parada de sucessos é tão incomparavelmente pior do que um quarteto de Mozart ou de Beethoven ou uma peça verdadeiramente autêntica da nova música.

Em suma, trata-se de revelar aos educandos as armadilhas da indústria cultural e os seus efeitos de massificação, aos quais estão cotidianamente submetidos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985; ADORNO, 2020b). Para que, deste modo, seja possível despertar uma consciência quanto aos mecanismos que geram o engano permanente a que é acometida a sociedade de um modo geral, refletindo na própria ausência da emancipação, como expressão mesma, nos termos de Adorno, de um *mundus vult decipi*^{vi} em âmbito mundial. Neste sentido, cumpre lembrar a problemática envolvendo as redes sociais e veículos de comunicação diversos no que concerne à desinformação e à propagação de *fake news*, cujos efeitos têm-se mostrado assustadoramente danosos no Brasil.

Assim, de acordo com Theodor Adorno, levando em consideração que uma sociedade democrática não se contraporia aberta e publicamente a um esclarecimento deste tipo, a consciência em relação a estes aspectos resultaria de uma “crítica imanente”. O que não implica, em contrapartida, uma crença ingênua de que não haveria reação por partes das indústrias correspondentes aos exemplos indicados.

Nada disto, portanto, anularia a possibilidade de a emancipação não se concretizar ou o risco latente no próprio sujeito emancipado.

E isto simplesmente porque não só a sociedade, tal como existe, mantém o homem não emancipado, mas porque qualquer tentativa séria de conduzir a sociedade à emancipação – evito de propósito a palavra “educar” – é submetida a resistências enormes, e porque tudo o que há de ruim no mundo imediatamente encontra seus advogados loquazes, que procurarão demonstrar que, justamente o que pretendemos encontra-se de há muito superado ou então está desatualizado ou é utópico (ADORNO, 2021, p. 202).

Por isso, o filósofo de Frankfurt chama a atenção para que se atente às ameaças dirigidas a todo e qualquer desejo de transformação da sociedade. A repressão se revela sintomaticamente mais fácil “justamente quando é grande a ânsia de transformar”, sendo, as tentativas de transformação, em qualquer aspecto, “submetidas à potência avassaladora do existente” (ADORNO, 2021, p. 202) e como que fadadas mesmo à impotência.

Assim, a alternativa de superação da questão seria, então, a própria emancipação, uma vez que, conforme Theodor Adorno (ADORNO, 2021, p. 202): “Aquele que quer transformar provavelmente só poderá fazê-lo na medida em que converter essa impotência, ela mesma, juntamente com a sua própria impotência, em um momento daquilo que ele pensa e talvez também daquilo que ele faz”.

O que resguarda estreita relação com a defesa de uma sociedade democrática, cuja operação exige pessoas emancipadas. “Uma democracia efetiva só pode ser imaginada como uma sociedade de quem é emancipado”, afirma categoricamente Adorno para concluir que, mesmo numa democracia, “quem defende ideais contrários à emancipação e, portanto, contrários à decisão consciente independentemente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata [...]” (ADORNO, 2021, p. 154). Assim, de acordo com Gagnebin (2003, p. 41), a “defesa da necessidade e do poder da *Aufklärung* não significa que ela esteja onipotente para lutar contra o racismo e o fascismo, mas ela continua imprescindível”. E talvez esse seja o ponto que não devemos desprezar em nossa educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que as formulações de Theodor Adorno podem contribuir significativamente no sentido de uma educação para a democracia, não por oferecerem respostas prontas e acabadas, mas, no mínimo, por instigarem reflexões fortes e pertinentes e inscreverem o fenômeno educativo no cerne de problemas concretos e questões complexas, fazendo da defesa e manutenção da ordem democrática uma tarefa, também, da educação. Nos termos da “recessão democrática” apresentada na introdução desse texto, temos visto no Brasil, desde 2016, pelo menos, manifestações a favor de uma intervenção militar. O que se configura um atentado à nossa ordem democrática, amparadas numa leitura completamente equivocada de um artigo específico de nossa Constituição Federal e alimentadas por um patriotismo delirante, que teve trágica culminância na tentativa de golpe do dia 8 de janeiro de 2023.

Contudo, pensando junto com Adorno, os últimos acontecimentos revelam que a ameaça não vem mais de fora para dentro; ela parte de dentro da própria democracia. A participação de um então presidente da República em manifestações contrárias à ordem democrática deve significar, conforme expressão de Walter Benjamin, um soar constante e barulhento de um alarme de incêndio, indicando o perigo iminente (LOWY, 2005). A retórica golpista que visa pintar um passado que não existiu, apresentando a volta do autoritarismo como solução para nossos problemas deve ser combatida. A Ditadura civil-militar instaurada em 1964 não significou, em nenhum aspecto que se queira analisar (social, político, econômico), algo positivo para nosso país. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), também evocado em manifestações recentes, significou a

expressão máxima da perversidade do regime ditatorial brasileiro ao permitir prisões indiscriminadas, torturas e cassar direitos.

Nossa democracia é relativamente jovem, mas já apresenta uma certa maturidade. De certo, muito tem para aprender. E devemos ter em mente que o caminho para seu aperfeiçoamento é longo e exige muito de nós. O combate ao autoritarismo está na ordem do dia e impõe questões que perpassam os diversos segmentos de nossa sociedade em suas diversas instituições jurídicas, políticas... e, não obstante, à educação. Noutras palavras, novamente pensando junto com Benjamin, “precisamos cortar o estopim que queima, antes que a faísca atinja a dinamite” (LOWY, 2005, p. 23). Não se trata aqui de dizer que somente a educação será responsável pelo fomento de uma sociedade democrática, atribuindo-lhe um certo viés salvacionista, mas de refletir qual o lugar que lhe cabe neste debate.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020a.

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural**. São Paulo: Editora Unesp, 2020b.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 2021.

BESSEL, Richard. **Nazismo e guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O que significa elaborar o passado? In: PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco; COSTA, Belarmino César Guimarães da (org.). **Tecnologia, cultura e formação – ainda Auschwitz**. São Paulo: Cortez, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

JANUÁRIO, Adriano. Educação, Maioridade e Democracia em TH. W. Adorno. **Prometeus – Filosofia**, nº 26, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/8606>. Acesso em 21 mar. 2023.

JANUÁRIO, Adriano. **Educação e Resistência em Theodor W. Adorno**. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

PETRY, Franciele Bete. Theodor W. Adorno: contribuições à reflexão sobre formação, democracia e autoritarismo. *ethic@*, v. 20, n. 2, 541-565. Ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/82670>. Acesso em 21 mar. 2023.

PUCCI, Bruno. Filosofia da educação: para quê? **PERSPECTIVA**. Florianópolis, v. 16, n. 29, p. 23-43, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10575>. Acesso em: 08 fev. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

Submetido em: 28/03/2023

Aceito em: 22/05/2023

ⁱ Sobre este aspecto, importante fazer a ressalva de que a aproximação entre fascismo e neoliberalismo nem sempre pode ser observada. A depender do contexto, o discurso fascista pode consistir exatamente na oposição, para dizer o mínimo, aos princípios econômicos liberais. Na linha que estamos discutindo aqui, a relação talvez faça mais sentido quando analisados os contextos norte-americano, com o trumpismo, e brasileiro, com o bolsonarismo

ⁱⁱ Muitas das quais, diga-se de passagem, financiadas pelos próprios Estados Unidos da América, segundo seus interesses em cada país e em cada região.

ⁱⁱⁱ Em outra passagem bastante emblemática quanto a este aspecto, diz Freud (2011, p. 68): “Esse instinto de agressão é o derivado e representante maior do instinto de morte, que encontramos ao lado de Eros e que partilha com ele o domínio do mundo. Agora, acredito, o sentido da evolução cultural já não é obscuro para nós. Ela nos apresenta a luta entre Eros e morte, instinto de vida e instinto de destruição, tal como se desenrola na espécie humana. Essa luta é o conteúdo essencial da vida, e por isso a evolução cultural pode ser designada, brevemente, como a luta vital da espécie humana”.

^{iv} Em “Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud” (1975), Herbert Marcuse discute sobre o antagonismo entre esses instintos recorrendo aos termos *Eros* e *Thanatos* para dizer da pulsão de vida e da pulsão de morte, respectivamente.

^v Oswald Kaduk e Wilhelm Boger integraram os quadros nazistas, primeiro na SS (Schutzstaffel – Tropa de Segurança) e também ocupando outros cargos e desempenhando outras funções. Kaduk ficou conhecido dentre os prisioneiros como o “Satanás de Auschwitz”. Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/1963-come%C3%A7a-o-julgamento-de-auschwitz/a-708064>

^{vi} Do latim: “O mundo quer ser enganado”.